

ATA NÚMERO 51/XV/1.^a SL

Aos catorze dias do mês de junho de 2023, pelas 14:00 horas, reuniu-se a Comissão de Educação e Ciência, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Audiência ao conjunto de infraestruturas de investigação do Roteiro Nacional, para darem a conhecer preocupações pela falta de investimento em infraestruturas de investigação e instrumentação que condiciona a capacidade competitiva e de realizar compromissos internacionais no âmbito dos Centros de Informação sobre Recursos Educativos (ERICs) em que Portugal participa – 14h00 – Confirmada

3. Aprovação de atas

- Reuniões da Comissão de 24 e 30 de maio e de 07 de junho de 2023

4. Comunicações do Presidente

4.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

- i. Projetos de lei – generalidade
- ii. Projetos de lei – especialidade

- [Projeto de Lei n.º 781/XV/1.^a \(L\)](#) – Cria as Respostas de Apoio Psicológico para vítimas de assédio e violência sexual no Ensino Superior e alarga o âmbito de aplicação dos Códigos de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio a todos os membros da comunidade académica

- iii. Projetos de resolução – Baixaram para nova apreciação na generalidade

- [Projeto de Resolução n.º 476/XV/1.ª \(L\)](#) – Recomenda ao Governo a abolição de taxas de admissão a provas académicas
- [Projeto de Resolução n.º 549/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo a eliminação das taxas e emolumentos nas instituições públicas de ensino superior para admissão a provas académicas de doutoramento

iv. Projetos de resolução – especialidade

- [Projeto de Resolução n.º 657/XV/1.ª \(BE\)](#) – Criação de códigos de conduta e de uma estrutura independente de apoio à vítima e de denúncia em caso de assédio nas instituições de ensino superior
- [Projeto de Resolução n.º 686/XV/1.ª \(IL\)](#) – Recomenda ao Governo que crie estratégias para debelar as situações de assédio moral e sexual no ensino superior
- [Projeto de Resolução n.º 634/XV/1.ª \(IL\)](#) – Recomenda o reforço de formação de Educação Especial ao longo do percurso da docência

iv. Projetos de resolução – generalidade

- [Projeto de Resolução n.º 725/XV/1.ª \(PCP\)](#) – A abertura de vagas necessárias para a vinculação de todos os docentes e educadores com mais de três anos de serviço
- [Projeto de Resolução n.º 737/XV/1.ª \(IL\)](#) – Garante a liberdade de escolha da escola para os alunos de cursos artísticos especializados
- [Projeto de Resolução n.º 761/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Incentivo a atividades de mindfulness nas escolas e tempos letivos ao ar livre

5. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 685/XV/1.ª \(IL\)](#) – Recomenda ao Governo que reverta a decisão de manter as provas de aferição digitais para os alunos do segundo ano de escolaridade

6. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 669/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Aprovação de novos modelos de avaliação dos alunos, assentes em princípios de avaliação contínua, eliminando os exames e revendo o regime de provas de aferição

7. Apreciação e votação de admissibilidade de petições

- [Petição n.º 149/XV/1.ª](#) – Comissão de Inquérito ao CES e outras Faculdades por Sexismo

8. Outros assuntos

9. Data das próximas reuniões

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A Senhora Deputada Carla Castro (IL) solicitou antecipadamente o adiamento do ponto 5 da Ordem do Dia, assim como de outros assuntos que envolvem projetos da IL. Uma vez que o ponto 6 da Ordem do Dia versava também sobre a mesma matéria o Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS) solicitou o seu adiamento. Assim, a proposta de Ordem do Dia, com as alterações acima referidas, foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD e do CH, verificando-se a ausência da IL, do PCP e do BE.

2. Audiência ao conjunto de infraestruturas de investigação do Roteiro Nacional, para darem a conhecer preocupações pela falta de investimento em infraestruturas de investigação e instrumentação que condiciona a capacidade competitiva e de

realizar compromissos internacionais no âmbito dos Centros de Informação sobre Recursos Educativos (ERICs) em que Portugal participa – 14h00 – Confirmada

O Presidente da Comissão, Deputado Alexandre Quintanilha, deu as boas-vindas aos representantes do conjunto de infraestruturas de investigação do Roteiro Nacional e recordou a grelha de tempos da audiência.

Os representantes da entidade, tendo presente a informação que remeteram no pedido de audiência bem como a documentação que remeteram aquando da audiência (disponível na [página da Comissão](#)), referiram o seguinte, em síntese:

- O Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação (RNII) começou em 2014 e em 2017 foi financiado com verbas avultadas, mas desde 2020 que deixaram de receber fundos e, neste momento, não existe enquadramento para lhe dar continuidade nos programas que estão a ser criados para suportar mais e melhor o investimento na ciência seja no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), seja no programa Portugal 2030;
- Solicitaram audiências às tutelas para as sensibilizar para a continuidade deste programa que é considerado um dos pilares da excelência científica da política europeia, estando tipificado pela Comissão Europeia como um dos três componentes da excelência científica, a par do *European Research Council* (ERC) e suas bolsas e das redes Marie Curie e os diversos apoios que providenciam;
- As infraestruturas de investigação são uma forma que a União Europeia encontrou para fomentar, através dos seus Estados-Membros, uma política de coesão entroncando e criando redes de infraestruturas com *nodes* nos vários países e depois cada um escolhe as tipologias ou as áreas de conhecimento que mais lhe interessam;
- Ao abrigo deste financiamento foram financiadas 40 infraestruturas, mas os recursos esgotaram e esta lacuna pode causar um desalinhamento muito grande entre as infraestruturas nacionais e as infraestruturas europeias limitando a competitividade o que implica que Portugal não seja depois considerado em consórcios para a promoção do investimento e para recursos adicionais da Comissão Europeia, o que terá um efeito muito limitador no futuro;

- Através da tutela ficaram a saber que ainda existe muita discussão sobre os regulamentos para uma segunda fase de investimento em infraestruturas de investigação e têm tido *feedback* de congéneres europeias que convidam regularmente *nodes* de infraestruturas nacionais para participar e depois ou não existem recursos ou, quando existem, limitam-se a ter cartas de conforto porque, sem regulamentos estruturados é muito difícil que as tutelas prossigam com a implementação de políticas científicas de suporte;
- Esta situação a manter-se irá conduzir ao fim das infraestruturas de investigação, algumas delas com um papel fundamental na manutenção de equipamentos científicos de topo;
- O financiamento que existe para recursos humanos, bolsas ou emprego científico ou das unidades de investigação não contempla as infraestruturas, mas, sem estas, os restantes programas de financiamento da ciência não funcionam;
- A União Europeia criou um modelo de consócio europeu único entre vários países para centralizar as infraestruturas a nível europeu que prestam serviços e é suposto que estas infraestruturas sejam sustentáveis no futuro, alguns países iniciaram este processo bem mais cedo do que Portugal, decidindo que iam avaliando as infraestruturas, mas só iriam financiá-las durante 10, 15 anos, e a partir daí elas teriam que demonstrar que a prestação de serviços de ciência era sustentável;
- Em Portugal foram financiadas durante 3 anos com uma extensão decorrente da pandemia, que se traduziu em mais um ano;
- Aquando da discussão pública do PRR alertaram para esta lacuna, solicitando que fosse nela incluído o financiamento para as infraestruturas;
- Não estão a fugir a avaliações, nem à procura ativa de financiamento, apenas pretendem saber onde está contemplado;
- Portugal está a pagar à União Europeia, enquanto Estado-Membro, taxas anuais para algumas infraestruturas, mas o trabalho que podem desenvolver é, neste momento, praticamente nulo pois a estrutura que existia deixou de ser financiada, além do mais nos 3 anos em que funcionou não conseguiram cobrir a discrepância de avanço que países como a Alemanha já tinham;

Intervieram depois os Senhores Deputados Tiago Estevão Martins (PS), António Topa Gomes (PSD) e Gabriel Mithá Ribeiro (CH) pedindo alguns esclarecimentos e pronunciando-se sobre a matéria.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, os representantes da entidade referiram o seguinte, em síntese:

- Não adianta haver financiamento para recursos humanos se não houver infraestruturas para desenvolver trabalho;
- É necessário definir-se que infraestruturas se consideram importantes para o país e qual a estratégia para articular as várias dimensões;
- Tiveram uma reunião com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e com a Senhora Ministra, pouco tempo após entrar em funções na qual a Senhora Ministra disse desconhecer a dimensão total do problema, mas que efetivamente não tinham verbas e, portanto, iriam tentar enquadrar no PRR, porém a segunda tranche do PRR continuou sem contemplar as verbas para as Infraestruturas;
- Existem infraestruturas nacionais sustentáveis, mas quando participam a nível europeu a capacidade é muito reduzida pois têm que dar prioridade aos serviços que prestam, que lhes estão economicamente mais rentáveis e assim tudo aquilo que é investigação mais dirigida pelo investigador e não de origem comercial fica em segundo lugar por não terem investimento;
- Para que as infraestruturas serem sustentáveis é preciso que sejam competitivas a nível dos equipamentos e da estabilidade desses equipamentos;
- Estão preocupados com a falta de estratégia e, assim, alertam para as oportunidades que se podem perder por isso, nomeadamente ao nível do PRR;
- Apelaram assim aos partidos políticos para exercerem pressão no sentido de serem encontradas soluções para se manterem as infraestruturas
- A falta de estratégia e de informação limita a sua capacidade de ação, colocando-os numa posição de fragilidade e desvantagem perante os parceiros europeus.

A gravação da audição e documentação complementar estão disponíveis na [página da Comissão](#), pelo que se dispensa maior desenvolvimento na ata.

3. Aprovação de atas

A partir deste ponto o Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alexandre Quintanilha, foi substituído pela Senhora Deputada Germana Rocha (PSD), Vice-Presidente desta Comissão que passou a presidir a reunião.

As atas das reuniões da Comissão de 24 e 30 de maio e de 07 de junho de 2023 foram aprovadas por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD e do CH, verificando a ausência do IL, PCP e BE.

4. Comunicações do Presidente

4.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

Neste ponto interveio o Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS) referindo que uma vez que todas as iniciativas diziam respeito a iniciativas de grupos parlamentares que não se encontrava presentes e havia deliberações a tomar, nomeadamente sobre tramitação a adotar, sem os autores presentes e sem indicação da posição dos mesmos sobre as questões que se colocam, seria desejável adiar este ponto para a próxima reunião da Comissão. Os demais Deputados presentes concordaram com esta sugestão.

5. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 685/XV/1.ª \(IL\)](#) – Recomenda ao Governo que reverta a decisão de manter as provas de aferição digitais para os alunos do segundo ano de escolaridade

Adiado a pedido da IL.

6. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 669/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Aprovação de novos modelos de avaliação dos alunos, assentes em princípios de avaliação contínua, eliminando os exames e revendo o regime de provas de aferição

Adiado a pedido do PS.

7. Apreciação e votação de admissibilidade de petições

Da apreciação da [Petição individual n.º 149/XV/1.ª](#) – *Comissão de Inquérito ao CES e outras Faculdades por Sexismo*, apresentada por Mário César Gonçalves Marques dos Reis e da respetiva nota de admissibilidade, deliberou a Comissão por unanimidade dos Deputados do PS, do PSD e do CH, registando-se a ausência da IL, do PCP e do BE

admitir a petição, não nomear Deputado relator e considerar o processo de apreciação da petição concluído, determinando o seu arquivamento, ao abrigo do disposto no n.º 13 do artigo 17.º, conjugado com a alínea m) do n.º 1 do artigo 19.º da [Lei de Exercício do Direito de Petição \(LEDP\)](#).

8. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

9. Data das próximas reuniões

A Senhora Vice-Presidente da Comissão informou que no dia 21 de junho de 2023, a partir das 09h30, o Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Plano de Recuperação das Aprendizagens fará uma visita ao Agrupamento de Escolas «A Lã e a Neve», na Covilhã e no seguinte, dia 22 de junho às 13h45 reunirá o GT – Avaliação do RJIES para a audição da Comissão Independente, assim foi consensualizado que a reunião seguinte da Comissão seria no dia 22 de junho de 2023, pós-plenário e seriam convocados os peticionários da [Petição n.º 143/XV/1.^a](#), *Pela cessação do Projeto MAIA* (apresentada por Dália Cristina da Costa Gonçalves Pereira Aparício, com 13166 assinaturas, de que é relatora a Deputada Inês Barroso, do PSD), para ser feita a respetiva audição, em caso de disponibilidade dos mesmos.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 14h51, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 de junho de 2023.

A Vice-Presidente da Comissão,



(Germana Rocha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa (PS)
Alexandre Quintanilha (PS)
Ana Isabel Santos (PS)
Catarina Lobo (PS)
Eduardo Alves (PS)
Lúcia Araújo Da Silva (PS)
Palmira Maciel (PS)
Porfírio Silva (PS)
Rosa Venâncio (PS)
Tiago Estevão Martins (PS)
António Cunha (PSD)
Cláudia André (PSD)
Germana Rocha (PSD)
Inês Barroso (PSD)
Maria Emília Apolinário (PSD)
Rui Cruz (PSD)
Sónia Ramos (PSD)
Gabriel Mithá Ribeiro (CH)
Joana Mortágua (BE)
José Pedro Ferreira (PS)
Maria João Castro (PS)
António Topa Gomes (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Joana Barata Lopes (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Bruno Aragão (PS)
Fernando José (PS)
Carla Castro (IL)
Manuel Loff (PCP)